



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

TERMO DE CONTRATO Nº 279 /2024

Processo Administrativo: PMC.2024.00064024-72

Interessado: Secretaria Municipal de Transportes

Modalidade: Contratação Direta

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.885.242-001-40, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Avenida Anchieta, 200, Centro, Campinas, devidamente representado e a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS**, inscrita no CNPJ/MF nº 49.351.919/0001-19, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, acordam firmar o presente Contrato, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse o termo de referência juntado no processo em epígrafe; sujeitando-se as partes às condições estabelecidas na Lei Federal 14.133/21, fundamentado no artigo 75, XV da NLLC, e nas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de consultoria e suporte técnico de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e estímulo à inovação para o desenvolvimento da modelagem técnica e financeira da entidade jurídica a ser constituída e estruturada para efetivar a implantação, a operação e a manutenção dos sistemas tecnológicos da rede de transporte público de Campinas, incluindo bilhetagem, que deverá ser composta pelas vencedoras do certame em cada um dos lotes da licitação na modalidade Concorrência Pública para concessão do transporte público coletivo, em sociedade com a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas - EMDEC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

1.2. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e qualidade exigidas.

1.3. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

1.4. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem redigidos, o Termo de Referência (Anexo I) e a Proposta apresentada pela contratada (Anexo II).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

SEGUNDA – DOS PRODUTOS E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. As atividades referidas na Cláusula Primeira serão desenvolvidas pela CONTRATADA, cuja equipe encontra-se discriminada na proposta por ela apresentada – Anexo II.

2.2. As condições de execução do ajuste são as especificadas neste Contrato e no Anexo I – Termo de Referência, sendo que as atividades, denominadas de produtos, que compõem o escopo do objeto contratado deverão ser organizadas e entregues à CONTRATANTE em forma de relatórios, organizados por atividades, nos prazos consignados no cronograma abaixo destacado, contados a partir do início da vigência do contrato:

Atividades	Mês 1				Mês 2				Mês 3				Mês 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
2.1. Desenvolvimento do modelo entidade jurídica																
2.2. Modelagem financeira da entidade jurídica																
2.3. Elaboração dos atos para constituição e manutenção da entidade jurídica																
2.4. Apoio à revisão das demais documentações que compõem o Edital de Licitação e respectivos anexos.																

2.3. Os produtos deverão ser entregues estruturados em padrão ABNT A4, podendo conter mapas, gráficos e tabelas em formato A3, A2 ou A1. As versões preliminares dos produtos, para análise e aprovação da contratante, serão entregues apenas em formato digital no padrão de arquivo “.PDF”. Os produtos aprovados deverão ser entregues em formato impresso (papel padrão A4 95g/m2), encadernados em espiral, e em formato digital editável (.doc; .xls; .png; .ppt) e cópias não editáveis (.pdf).

2.4. Todos os produtos (relatórios) entregues deverão conter “folha de rosto”, com a logomarca e identificação da Contratada e da Contratante, número do Contrato, descrição do produto, versão e data de geração do arquivo.

2.5. Todos os produtos deverão conter índice de capítulos, títulos e subtítulos; e índices de tabelas, mapas e imagens. Os produtos na segunda página uma ficha de indicação de versão e revisão, com campos para a descrição sucinta das alterações introduzidas na versão, data de emissão, data de aprovação, assinatura e identificação do emitente (Coordenador Geral indicado pela Contratada), e assinatura e identificação do

P



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

responsável pela aprovação (Gestor e Fiscal do Contrato, indicado pela Contratante).

TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. As partes atribuem a este Contrato, para todos os efeitos de direito, o valor total de R\$ 797.777,78 (setecentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos), conforme proposta da CONTRATADA.

3.1.1. A despesa referente ao valor do presente contrato será empenhada e processada por conta da verba própria do orçamento vigente, provenientes da dotação orçamentária nº 121000 12110 339039 26.453.2007.4082 0001.100000, conforme processo SEI nº PMC.2024.00064024-72, sendo permitidas alterações, caso necessário, desde que admitidas pela legislação vigente.

3.2 O valor previsto no item 3.1 será fixo e irrevogável, sendo que nos preços propostos estão computadas todas as despesas relacionadas ao Contrato e à sua execução, tais como mão de obra técnica não especificada na proposta da CONTRATADA, encargos sociais, impostos, taxas e emolumentos ou quaisquer outros gastos não especificados neste Contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Uma vez executados os serviços previstos e entregues os produtos, a CONTRATANTE deverá submetê-los à análise do Gestor e do Fiscal do Contrato por meio de Solicitação de Aprovação de Produto (SAP), que conterá, no mínimo:

- Número do Contrato e da Ordem de Serviço;
- Relação de Produtos Entregues;
- Valor dos Produtos Entregues, de acordo com o Contrato e proposta da CONTRATADA.

4.2. Caberá à CONTRATANTE, através do Gestor e do Fiscal do Contrato, analisar os produtos apresentados em até 10 (dez) dias úteis, aprovando-os ou rejeitando-os. Uma vez aprovados os produtos, caberá à CONTRATANTE emitir o competente "Termo de Aceite Definitivo".

4.3. Na hipótese de não aprovação de um produto, a CONTRATADA deverá realizar os ajustes necessários em até 10 (dez) dias úteis da comunicação recebida, e submeter à análise do Gestor e do Fiscal do Contrato uma nova SAP.

4.4. Somente após a emissão do "Termo de Aceite Definitivo" a CONTRATADA poderá emitir nota fiscal / fatura no valor correspondente aos produtos aprovados e medidos, conforme a proposta consignada no

P



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

Contrato.

4.5. Após a emissão da Nota Fiscal, a CONTRATANTE terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para aprová-la ou rejeitá-la.

4.5.1. A Nota Fiscal não aprovada pela CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item anterior, a partir da data de sua reapresentação.

4.5.2. A devolução da Nota Fiscal não aprovada, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

4.6. A CONTRATANTE efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias após a aprovação da Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à perfeita execução do objeto contratado.

5.2. Indicar formalmente o gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços e pelos contatos com a CONTRATADA.

5.3. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste.

5.4. Permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA, acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste Contrato, observadas as normas de segurança.

SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Zelar pela fiel execução deste Contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários, cumprindo todas as exigências elencadas neste instrumento, bem como aquelas constantes do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante do presente termo.

6.2. Executar os trabalhos em conformidade com as normas técnicas e princípios metodológicos vigentes, atendendo às especificações presentes do Anexo I – Termo de Referência, de acordo com o melhor padrão técnico.

6.3. Cumprir as atribuições assumidas, visando a qualidade dos serviços, assim como reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o produto que estiver com vícios, defeitos ou incorreções



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

resultantes da execução dos serviços, conforme verificação do Gestor e do Fiscal do contrato.

- 6.4. Substituir imediatamente, a pedido da CONTRATANTE, profissional de sua equipe que tenha, durante o desenvolvimento dos trabalhos, demonstrado incapacidade técnica ou atuado de forma inconveniente ou desrespeitosa com a equipe coordenadora, gestor ou fiscal do Contrato, ou ainda, com membros da comunidade, outros órgãos e instituições.
- 6.5. Comparecer às reuniões promovidas pela CONTRATANTE, sempre que solicitado pela coordenação ou gestor do Contrato.
- 6.6. Guardar sigilo dos dados e informações obtidos em decorrência da presente contratação.
- 6.7. Não conceder entrevistas, disponibilizar informações, textos ou documentos referentes aos trabalhos a terceiros, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE.
- 6.8. Apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado e conforme especificado, material representativo dos trabalhos em desenvolvimento.
- 6.9. Entregar os produtos nos prazos e nos termos contratados.
- 6.10. Designar, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias da assinatura do Contrato, preposto responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, da regularidade técnica e disciplinar de atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com a equipe técnica da CONTRATANTE e gestor do Contrato.
- 6.11. Manter todos os recursos necessários à prestação dos serviços.
- 6.12. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato.
- 6.13. Reexecutar os serviços sempre que solicitado pela CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com os termos deste Contrato e do Anexo I – Termo de Referência, ou com as normas técnicas e procedimentos aplicáveis.
- 6.14. Assinar o Termo de Encerramento do contrato ao final da vigência.

SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização contratual por intermédio do gestor do Contrato, de modo a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

assegurar o efetivo cumprimento das obrigações pactuadas.

7.1.1. A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte da CONTRATANTE.

7.2. A ausência de comunicação, por parte da CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste Contrato e no Anexo I – Termo de Referência.

7.3. A CONTRATANTE poderá utilizar apoio técnico da EMDEC S/A para realizar as atividades de análise e aprovação dos produtos entregues pela CONTRATADA, bem como para apoio administrativo na Gestão e Fiscalização do Contrato.

OITAVA - DO REAJUSTE, DA REVISÃO DE PREÇOS E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA POR ATRASO DE PAGAMENTO

8.1. Os valores contratados serão reajustados a cada período de 12 meses, contados a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, aplicável de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = P0 \times (1 + (\text{variação acumulada do IPC - FIPE - Geral1 até o IPC - FIPE - Geral12}))$$

Onde:

PR = Valores reajustados;

P0 = Valores contratados vigentes;

IPC - FIPE - Geral = Índice de Preços ao Consumidor - Geral, publicado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas;

IPC - FIPE - Geral1 = Percentual do mês da data base do orçamento estimado da contratação, ou do último reajuste.

IPC - FIPE - Geral12 = Percentual do 12º mês contado a partir do mês da data base do orçamento estimado da contratação, ou do último reajuste.

8.1.1. No caso da impossibilidade em se obter a variação acumulada do IPC - FIPE - Geral este será automaticamente substituído pelo IPCA - Índice Geral, mantendo-se o mesmo período de cálculo e vigência do reajuste.

8.2. Considera-se data-base do orçamento estimado, para efeito de reajuste, a data da planilha eletrônica (art. 4º, §4º, do Decreto Municipal nº 22.031/2022) ou da validação, por profissional de Economia ou de Ciências Contábeis, de outros critérios ou metodologias para tratamento estatístico dos preços previamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

coletados (art. 4º, §6º, do Decreto Municipal nº 22.031/2022), dos quais tenha derivado o preço máximo aceitável para a contratação.

8.2.1. Nesta contratação, data-base: 12/06/2024.

8.3. A apreciação de eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato dependerá de comprovação, pela Contratada:

- de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos comprobatórios, tais como notícias de jornais e da internet, análises conjunturais e econômicas; ou

- após a data da apresentação da proposta, de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

8.3.1. A autorização de revisão dos preços contratados dependerá de aprovação pelo Contratante, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

8.3.2. Enquanto as solicitações de revisão de preços contratados estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender os serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

8.3.3. A Contratante, nos casos de revisão de preços, irá lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

8.3.4. Na hipótese de revisão de preços a favor da Municipalidade, esta deverá comprovar, através de pesquisa de mercado ou qualquer outro parâmetro aplicável, o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores constantes do contrato.

8.3.5. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos da Cláusula Segunda - Do Prazo.

P



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

8.3.6. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

8.3.7. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 1 (um) mês, contado da data do protocolo do pedido de revisão devidamente instruído.

8.4. Os reajustes dos valores contratados poderão ser formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

8.5. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais por parte da Contratada, esta terá direito à correção monetária pro-rata die pelo pelo mesmo índice indicado no subitem 8.1, entre a data da exigibilidade do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, desde que requerido administrativamente pela Contratada em até 30 dias corridos do efetivo pagamento.

NONA – DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços poderão ser executados tanto na Secretaria Municipal de Transportes quanto na CONTRATADA, ou em local diverso determinado pela CONTRATANTE.

9.2. Não caberá à CONTRATADA qualquer ressarcimento por transporte, diária ou estadia quanto aos serviços contratados, na medida em que os mesmos poderão ser executados no município de Campinas/SP.

DÉCIMA - DA PROPRIEDADE E SIGILO

10.1. Todos os produtos desenvolvidos pela CONTRATADA deverão ser entregues à CONTRATANTE, que terá pleno direito de propriedade sobre os mencionados produtos, nos termos da Lei n. 9.610/98.

10.2. A CONTRATADA obriga-se a tratar como "segredos comerciais e confidenciais", e não fazer uso comercial de qualquer informação, dados, processo, fórmula, códigos, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos e modelos relativos aos serviços contratados, utilizando-o apenas para as finalidades previstas, não podendo revelá-los ou facilitar sua revelação a terceiros.

DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 A vigência do presente Contrato será pelo prazo de 12 (dez) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido pela Lei Federal n. 10.133/21 e suas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

alterações.

DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela infringência aos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos do artigo 156, incisos I, II, III e IV da Lei Federal n. 14.133/21 e alterações, as seguintes penalidades:

12.1.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente.

12.1.2 Multa, nas seguintes situações:

12.1.2.1. De 0,5% (cinco décimos por cento) incidente sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega de qualquer dos produtos contratados ou se for observado atraso superior a 15 (quinze) dias no desempenho das atividades em relação ao cronograma estabelecido, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato;

12.1.2.2. Em caso de rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública, decorrente do que prevê o subitem 11.1.2.1 supra, ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, de acordo com a gravidade da infração.

12.1.3 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE CAMPINAS, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

12.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública.

12.1.4.1 Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de 03 (três) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

12.2. As multas aplicadas serão cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da CONTRATADA, após o regular processo administrativo.

12.3. As penalidades previstas nos subitens 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

as multas previstas nesta cláusula.

12.4. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a CONTRATADA de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar à CONTRATANTE.

12.5. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não poderiam ser evitados ou impedidos, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

DÉCIMA TERCEIRA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

13.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja sua rescisão, conforme disposto no artigo 137 e incisos da Lei Federal n. 14.133/21 e alterações.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

13.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

13.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no inciso I do art. 138 da lei mencionada;

13.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

13.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente.

13.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao Contratante os direitos elencados nos incisos do §2º do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133 e suas alterações.

DÉCIMA QUARTA – DA QUALIFICAÇÃO E DA REGULARIDADE JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA

14.1. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do Contrato, a qualificação necessária e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

exigida no processo SEI PMC.2024.00064024-72, em compatibilidade com as obrigações assumidas, nos termos do Anexo I – Termo de Referência, bem como a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista.

DÉCIMA QUINTA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

15.1. Para a prestação dos serviços objeto deste Contrato, dispensável é a licitação, com fundamento no artigo 75, inciso XV, da Lei Federal 14.133/21.

DÉCIMA SEXTA – DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. É expressamente vedada a subcontratação dos serviços objeto do presente contrato.

DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se a este Contrato e aos casos omissos, o disposto na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações.

DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas-SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

19 AGO. 2024

Campinas, _____

FERNANDO DE CAIRES BARBOSA

Secretário Municipal de Transportes

AILTON
BRASILIENSE
PIRES:51969114800

Assinado de forma digital por
AILTON BRASILIENSE
PIRES:51969114800
Dados: 2024.08.15 12:44:50
-03'00'

LUIZ CARLOS
MANTOVANI
NESPOLI:6844411782
0

Assinado de forma digital por
LUIZ CARLOS MANTOVANI
NESPOLI:68444117820
Dados: 2024.08.15 13:45:09
-03'00'

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS

Representante Legal:

CPF nº _____

Confeccionado conform minuta 11895025 redigida pela unidade PMC-SETRANSP-GAB



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: PMC.2024.00064024-72

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Transportes

MODALIDADE: Contratação Direta

CONTRATANTE: Município de Campinas

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS

CONTRATO Nº 279/2024

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

P



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Dario Jorge Giolo Saadi

Cargo: Prefeito do Município de Campinas

CPF: 102.384.108-89

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: FERNANDO DE CAIRES BARBOSA

Cargo: Secretário Municipal de Transportes

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: FERNANDO DE CAIRES BARBOSA

Cargo: Secretário Municipal de Transportes

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

AILTON BRASILENSE
PIRES:51969114800

Assinado de forma digital por AILTON BRASILENSE
PIRES:51969114800
Data: 2024.08.15 13:46:06 -03'00'

LUIZ CARLOS
MANTOVANI

NESPOLI:68444117820

Assinado de forma digital por
LUIZ CARLOS MANTOVANI
NESPOLI:68444117820
Dados: 2024.08.15 13:46:06
-03'00'

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: FERNANDO DE CAIRES BARBOSA

Cargo: Secretário Municipal de Transportes

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: JOSE MONTEIRO JUNIOR

Cargo: Assessor